

34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST 23 – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

**Recrutamento de candidaturas nos movimentos de
mulheres: rotas de acesso aos espaços de poder na
democracia brasileira**

MARIA LUZIA MIRANDA ÁLVARES
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFPA
luzia@ufpa.br

Recrutamento de candidaturas nos movimentos de mulheres: rotas de acesso aos espaços de poder na democracia brasileira

Maria Luzia Miranda Álvares

Resumo

A Plataforma de Beijing (1995) identificou 12 áreas críticas a serem eliminadas para romper a desigualdade de gênero aos cargos representativos no legislativo. Foram propostas estratégias de inclusão das mulheres em cargo político, programas para eliminação dos níveis de desigualdades identificados. Examina-se: em que medida os movimentos de mulheres contribuíram para ampliar a representação política feminina. Neste sentido, realizou-se levantamento de dados entre lideranças desses movimentos no Pará, buscando identificar: mecanismos de indicação/motivação das associadas com trajetória pessoal de sucesso para a competição eleitoral; relação entre partidos e movimentos de mulheres no recrutamento de candidaturas; empoderamento partidário na formação de lideranças femininas. Preliminarmente aponta-se um *déficit* no incremento de candidaturas de associadas aos cargos de decisão política.

Introdução

Em seu Capítulo III, a Plataforma de Beijing (1995) identificou 12 áreas críticas como obstáculos a serem eliminados para o avanço social e político das mulheres. Entre as áreas indicadas, incluiu-se à desigualdade de gênero no exercício do poder e na tomada de decisão política nos cargos legislativos e executivos. No Brasil, ações de enfrentamento aos baixos percentuais de mulheres nos parlamentos nacionais e locais foram implementadas pelos movimentos articulados de mulheres, como seminários para estimular os partidos na escolha de candidaturas femininas e/ou para capacitar as cidadãs interessadas na competição eleitoral. Essas estratégias, visando discutir questões e problemas ligados ao poder nas relações de gênero, presentes nas versões culturais que tratavam como desgraça pessoal ou injustiça social as desigualdades sofridas pelas

mulheres, incluíram ações de empoderamento¹. Entre estas, a política de Ações Afirmativas possibilitou a criação da política de cotas de participação por sexo em instâncias do poder. Tal estratégia das feministas liberais objetivou garantir a reserva de vagas para as candidaturas de mulheres aos parlamentos, avaliando que dessa forma seria ampliada a representação feminina. Ressalte-se que as **cotas** partidárias foram pensadas como recurso político para uma sensibilização em duas direções: motivar as mulheres a se candidatarem; e interferir na lei eleitoral e obrigar os partidos manterem uma cota mínima de mulheres nas suas listas partidárias².

A situação das cotas tem recebido abordagens significativas em nível nacional e internacional³ em uma literatura que considera esse instrumento uma das estratégias para romper as barreiras culturais e garantir a conquista da igualdade na representação parlamentar⁴.

Na tentativa de ruptura à sub-representação, em 1996, os movimentos de mulheres brasileiras articularam-se com as parlamentares em mandato legislativo, auto-definidas como a “Bancada do Batom”, também com instituições e com ONGs feministas, para promover seminários e capacitação para mulheres interessadas em se candidatar. Publicaram cartilhas, realizaram seminários, criaram meios de discussão com as associadas, com os partidos e com os movimentos sociais em geral objetivando sensibilizar a sociedade para a política de cotas. Esses arranjos pontuais, contudo, não tiveram a repercussão devida, nem a política de cotas favoreceu a ampliação das cadeiras parlamentares para as mulheres.

Considerando que o sistema político exige certo padrão seletivo para candidaturas – exigência do próprio mercado político para eleger os que têm um perfil representativo social e político – interessou saber quais mecanismos pontuais os movimentos de

¹ KABEER, Naila. Empoderamiento desde abajo : Qué podemos aprender de las organizaciones de Base? In: Leon, Magdalena (org.) Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: MT Editores, 1997, apud COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres, s/d. O conceito de *empoderamento* surge nos anos setenta nos EUA, com os movimentos de direitos civis dos negros objetivando a valorização da raça e a conquista da plena cidadania. “(...) é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (COSTA, 2000).

² A Lei 9100/95 e, subsequentemente, a Lei Eleitoral 9.504/97, Art. 10 § 3, inscreveram o Brasil, um dos assinantes da Carta de Beijing, entre os países que instituíram cotas na legislação eleitoral.

³ Como referência, destaco: Araújo, 1998; 2001a; 2001b; 2003; Miguel, Sônia, 2000; Miguel, 2000a; 2000b; 2003; Htun (1998); Shvedova (1998); Matland, 1998; Dahlerup, 1998; 2003; Jacqueline Peschard, 2003; Jimena Costa Benavides, 2003; Gregory D. Schmidt, 2003.

⁴ Mas até o momento tem sido um “remédio ineficiente”.

mulheres no Estado do Pará estão buscando para indicar/apoiar/motivar as associadas que apresentam uma trajetória pessoal de sucesso para se inscreverem na competição eleitoral. A relação entre esses movimentos e os partidos e o comprometimento com a promoção de carreiras políticas foram pontos de inquirição a 22 líderes de associações de mulheres presentes na II Conferência Estadual de Política para as Mulheres, em junho de 2007. Continuando a averiguação da relação entre partidos e esses movimentos está em curso o projeto de pesquisas –Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” – CNPq que entre outros objetivos espera extrair do quadro de candidatas aspirantes de 2008 e em 2010 as que atuam nos movimentos de mulheres e se a partir dos antecedentes sociais (perfil) estas foram/serão recrutadas pelos partidos

Esta proposta pretende evidenciar as formas de mobilização assumidas pelos movimentos articulados de mulheres no Brasil para o alcance dos objetivos previstos na Plataforma de Beijing subsidiadas pela avaliação das ações planejadas em dez anos de enfrentamento, com vistas a influenciar na superação da desigualdade de participação desse gênero em cargos legislativos e executivos. E, dessa perspectiva, avaliar também a situação dos partidos políticos no recrutamento de candidaturas femininas e os programas de empoderamento que estes estão criando para o avanço dessa iniciativa.

Neste sentido, o estudo abordará os seguintes aspectos: a) esboço das atividades de intervenção do movimento articulado de mulheres para refundar as práticas sociais e políticas desse gênero; b) enfoque sobre as novas medidas para pensar a relação mais direta entre movimentos de mulheres e a competição eleitoral; c) o desempenho e os critérios de articulação na discussão dos conceitos de democracia e de participação política feminina; e) exposição de resultados parciais de pesquisa realizada entre as lideranças de movimento de mulheres paraenses e a forma de recrutamento dos partidos políticos das associadas desses movimentos em tempo eleitoral. O exame do caso paraense estará registrado nas questões fornecidas pelos questionários aplicados durante a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, em junho/2007 e nas considerações extraídas de uma nova pesquisa sobre a questão do empoderamento e formas de recrutamento partidário no movimento de mulheres em curso desde 2009.

1. O movimento articulado de mulheres e feministas: diferenciais e atividades para refundar as práticas sociais e políticas

Desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade movimentos têm surgido e fazem História. Outhwaite, & Bottomore ⁵ apontam três questões analíticas para evidenciar o caráter e a variedade do movimento de mulheres e movimento feminista. A primeira é a ~~n~~ecessidade de diferenciação entre os vários graus de ação social (coletiva), de tal forma que o *movimento* significa um avanço qualitativo e quantitativo com respeito às formas de solidariedade ou de associação que podem ser em pequena escala, dispersas e relativamente de pouco poder”. Exemplificam com um movimento baseado em uma ~~c~~ultura de mulheres” incluindo redes de comunicação, clubes e círculos literários.

A segunda proposição aponta para p movimento feminista ou se ~~o~~ feminismo pode ou deve gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal”, entendendo-se dessa questão que ~~o~~s objetivos do feminismo estariam sujeitos a alguma variação e diferentes movimentos formularam suas prioridades de acordo com isso”, a exemplo do que ocorreu com as feministas negras e do Terceiro Mundo ao criticarem a hegemonia de um discurso de inclusão de que as ~~m~~ulheres de todas as classes sociais e de todas as religiões, necessariamente, partilhavam interesses e laços de solidariedade”. Nesse sentido, a proposta deste grupo era de uma ~~v~~isão diferenciada dos interesses das mulheres como sendo formados por fatores tais como classe e etnia, de modo que podiam levar às relações de dominação e subordinação entre mulheres”. Isto quer dizer que em que pese a base militante articular-se como ação coletiva e objetivos comuns, a ~~s~~olidariedade entre as mulheres não era dada somente pelo fator gênero”.

A terceira questão diferencial entre os dois movimentos ~~g~~ira em torno dos objetivos que os movimentos de mulheres, em oposição aos confessadamente feministas, têm tendido a buscar”. Historicamente, os movimentos de mulheres surgem ~~e~~om base nos papéis das mulheres na família”, implicando na luta pelo provimento de ~~n~~ecessidades básicas ou por direitos de cidadania”, com duas características-chave: identificam-se com ~~e~~onstruções sociais particulares de feminilidade e maternidade” com o envolvimento político das mulheres como ~~e~~xtensão natural de seus papéis na família e sentimentos primordiais intrinsecamente femininos”. E a outra como função desta, é da

⁵ Outhwaite, William & Bottomore, Tom, 1996. Este texto utilizará as asserções destes autores da pág. 493 a 496, sobre o movimento de mulheres e o feminismo.

formulação –dos objetivos de suas ações em termos amplamente altruístas, e não em termos destinados a promover seus interesses pessoais como mulheres”.

Se a teoria social evidencia esses diferenciais para as duas categorias, de movimentos, para o feminismo ela mostra, no entanto, que há feminismos (no plural) desde a variação do conceito liberação (Bobbio & Pasquino, 1995, p. 486-89). O feminismo emancipacionista, visto como herança dos movimentos do Século XIX, e o outro, contemporâneo, fase extrema e de superação da luta pela exigência de igualdade jurídica, política e econômica em relação ao homem, ampliam esse conceito para tratar do respeito à diferença das mulheres e a busca de novos valores com vistas à transformação social.

Ao tratar de feministas e de movimentos de mulheres, sem dispersão desses referenciais, deve-se considerar que as duas categorias integram-se, articulam-se, interagem e procuram promover o objetivo central de suas lutas que é o da valorização das mulheres enquanto ser humano. Ana Alice Costa (2005: 2) analisando o ressurgimento do feminismo nos anos sessenta e da relação com os demais movimentos contestatórios, empresta a tese de Sonia Alvarez (1990:23) e evidencia um dos pontos mais importantes dessa nova trajetória, elaborando uma conceituação comparativa exemplar: “O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas”⁶.

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos articulados de mulheres e implementam as suas práticas de discussão da esfera pública e do conceito de político. Nesta acepção será demonstrada a polarização das agendas da articulação de mulheres para o tempo da conquista de espaços nos lugares da decisão

⁶ Há uma rica literatura para tratar de feminismos e movimentos de mulheres, no âmbito nacional e internacional. Destaco os meus referenciais neste artigo: Alvarez, Sonia (1988); Costa & Sardenberg (1994 a); Costa & Sardenberg (1994b); Costa, (2005).

política e de melhorias da qualidade de vida com as ações de empoderamento. Como isso foi pensado e como se deu entre Beijing 1995 e algumas conferências posteriores caracterizadas como Beijing +, será desenvolvido o próximo item deste texto.

1.1. As novas medidas para pensar a relação mais direta entre movimentos de mulheres e a competição eleitoral.

O Século XXI inicia-se, para os movimentos de mulheres e feministas, com a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul, 2001). Grandes avanços na mudança de mentalidades e transformação na vida das mulheres e das relações de gênero já haviam sido feitos. O empoderamento, como política de amplo espectro exigia delas, num primeiro aspecto, a apropriação dos destinos da sua própria vida⁷ e, no outro, a ocupação de posições de poder no âmbito dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando à reestruturação do cenário político, território masculino por excelência (...). Ou seja, significa a circulação das mulheres pelos campos da esfera pública, da gestão social, das responsabilidades com os rumos do país e de toda a sociedade (...)” (Almira Rodrigues, 2001). Esses dois aspectos da construção do empoderamento não se dissociam; estão integrados e promovem a diferença nos avanços das posições políticas das mulheres.

Nessa compreensão, as feministas brasileiras, tendo em vista planejar a eleição presidencial de 2002, investiram numa campanha voltada para os candidatos que pleiteavam vagas no parlamento e no executivo, objetivando sensibilizá-los para as demandas das mulheres. E também para mostrar a mobilização feminista como recursos de mudança de um padrão viciado de fazer política. Realizaram-se 26 Conferências Estaduais entre março e maio desse ano, participando dos debates mais de 5000 ativistas objetivando construir uma Plataforma Política Feminista. Em julho realizou-se a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras com a presença de duas mil delegadas das conferências estaduais e redes nacionais aprovando-se o documento que possibilitaria

⁷ —...o que abre para a formulação/realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e negociação. Já o enfrentamento do sexismo e do autoritarismo, no âmbito da esfera pública das institucionalidades, exige uma ação coletiva e envolve mulheres e homens, empenhados na construção de uma sociedade justa”. Almira Rodrigues, 2001, p. 2.

uma presença mais direta na ação coletiva desse gênero para argüir os políticos que pleiteavam cargos em todas as esferas de poder.

A Plataforma Política Feminista⁸ considerou os pontos fundantes das lutas das mulheres – desde a conquista do direito do voto, que naquele ano comemorava 70 anos – e avançou nas discussões sobre as questões-chave do atual posicionamento político de gênero. Trata-se também de um documento propositivo encimado por uma “Carta de Princípios”, contendo “os compromissos políticos constitutivos da Conferência Nacional e da Plataforma” os quais se transformaram “em uma espécie de mapa político de navegação no qual os movimentos de mulheres encontraram o norte para tecer suas parcerias e alianças nos planos estadual e nacional, estabelecer os termos do diálogo e mobilizar para o debate centenas de outras ativistas”.

Ao reafirmar a autonomia de pensamento, projeto e ação, num ano eleitoral com disputas acirrada, as feministas se integraram aos diversos movimentos, objetivando demonstrar capacidade de intervir no processo social e político. O objetivo era “empoderar os movimentos de mulheres, fortalecendo sua capacidade de interferir amplamente na sociedade, como sujeitos que produzem transformação social (...), na democratização de informação; e no exercício de liderança”.

Considerando como eixos norteadores dos debates a igualdade, o racismo e a pobreza, os 14 pontos da Carta manifestam e visibilizam as preocupações que o movimento integrado de mulheres e feministas acumularam ao longo das lutas pela representatividade humana, social e política.

A Plataforma questionou as diferentes formas de democracia e o regime democrático vigente no país. A cada evidência problemática concluía com propostas de mudança e/ou uma solução para equacionar as dificuldades. Entre as contestações, incluem-se questionamentos sobre os modelos de políticas que fizeram crescer o Brasil sem a presença das mulheres. Por outro lado, reconhecem as mudanças que possibilitaram a esse gênero conseguir a sua cidadania política⁹.

⁸ São 68 páginas. Partes do documento, quando for o caso, serão referidos entre aspas, compondo-se a parceria de escrita deste texto.

⁹ Diz o documento: “Nestes 70 anos, o movimento feminista provocou uma profunda revolução cultural no ambiente doméstico e no espaço público. O movimento de mulheres tem tido um importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida. Para o feminismo, a democracia precisa abranger as instituições e a vida cotidiana, garantindo o direito à liberdade e à diversidade” (p. 13).

Este é o ponto nodal de todo o processo que mostra o movimento de mulheres não apenas preocupado com a competição eleitoral, mas com algo mais que antecede este evento.

Se a teoria política traduz a competição eleitoral em um vínculo mais direto com o momento de os candidatos pleitearem um mandato nas esferas institucionalizadas do poder, dentro de regras que no Brasil vem desde o período do império, as feministas defendem que esse estado competitivo se processa além desses limites, e pode convergir para um eixo (as eleições), mas necessita de outros componentes vitais para a garantia do estado democrático e do bom governo: o direito à igualdade, à liberdade e à diversidade. Nesse entendimento, na agenda de debates intitulado **Plataforma Política Feminista**, os movimentos integrados de mulheres registraram: *“No Brasil, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral que assegurava aos homens o direito de votar e ser votado e a lei eleitoral que assegurava este mesmo direito às mulheres”*.

A discussão sobre a política formal (ou recursos da competição eleitoral) que não reconhece a presença das mulheres no poder consta no primeiro capítulo das argumentações do documento. Nesse sentido, há referências avaliando que embora a conquista das mulheres ao direito do voto seja recente, mesmo assim formou o maior eleitorado no Brasil. Porém, em contrapartida, a representação política tem sido escassa, estando as mulheres *“em minoria absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário – seja nas esferas municipal, estadual ou federal” e, também, “nas instâncias de poder dos partidos, onde em geral ocupam as posições menos prestigiadas”*(p. 15 a 17).

No contexto argumentativo da agenda contabilizam-se denúncias à reprodução de padrões culturais e históricos responsáveis pela falta de estímulo à participação política feminina daí porque *“poucas conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades e de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político”*. Além disso, há uma questão-limite: as detentoras de mandatos são brancas e algumas reproduzem *“as práticas excludentes, racistas, classistas e patriarcais, que ainda são hegemônicas no fazer político”*.

Como se vê, a referência sobre a conquista de espaços de participação pode ser extraída da ação dos movimentos sociais visto que ampliam os canais de acesso ao poder, através da **democracia participativa**. Em consequência, têm representação em órgãos de gestão e controle social, conselhos de políticas públicas e de direitos, garantindo *“efeitos importantes sobre a vida cotidiana da população”*. Entretanto, esclarecem que embora

haja uma presença efetiva da *“participação popular, as instâncias de democracia participativa têm sido desvalorizadas como possibilidades reais de aprofundamento da democracia.”*, prevalecendo a idéia de que *“o controle social representa uma ameaça ao poder”*. Com isto, *“tais poderes estimulam a desarticulação dos movimentos populares, cooptando seus representantes e manipulando-os segundo seus interesses, ou simplesmente esvaziando de densidade política estes espaços”*.

Ao reconhecerem a dissociação entre as formas de participação política e aquela que é julgada mais incisiva como o lugar da decisão política, os movimentos brasileiros de mulheres consideram que *“a democracia representativa somente poderá ser transformada através da democracia participativa e da justiça social”*.

A considerar esses entraves, a renovação da *“esfera da representação política”* para o tempo de presença das mulheres nessa instância, se torna o *“leit-motiv”* da apresentação dos **desafios como ações propositivas das mudanças**, visto que é esperado não só garantir um lugar nesses espaços decisórios de poder, mas também a formação de uma pessoa que, ao assumir um mandato parlamentar ou executivo, tenha a consciência crítica dos acontecimentos globais e nacionais e se posicione favorável às mudanças dos problemas encontrados. Neste caso, toma importância, então, a frase lapidar para o caso de um mandato: a democracia representativa terá que ser transformada, mas isto só será possível pelo empenho em assumir as ações da democracia participativa e da justiça social.

As evidências sobre esse princípio estão nos termos verbais aplicados para considerar as ações propositivas nos desafios apresentados: fortalecer, radicalizar, promover a democracia participativa intermediando *“a aplicação dos mecanismos de acesso ao poder, com a garantia de equidade de gênero”*; aprofundar a *“democracia nas famílias, nas ruas, nas empresas, nas escolas, nos locais de trabalho e nas organizações da sociedade civil”*. A escola e as demais formas de socialização serão participes na promoção de políticas para a transformação, com a discussão e a revisão de valores construindo *“relações igualitárias”*.

A formação de cidadãos e cidadãs se dá, também, em *“democratizar as relações afetivas e interpessoais a partir do respeito ao outro, aceitando as diferenças culturais, sexuais, políticas, religiosas, étnicas e raciais. Priorizar o cuidado, a delicadeza e o respeito como dimensões éticas fundamentais das relações humanas”*, são os meios de promover a qualidade de vida desafiada.

Em síntese, recomendam às mulheres que aspiram ascender ao poder decisório: **empoderamento** não só como mecanismo de reverter a face da exclusão de um cargo legislativo onde se acham sub-representadas, mas o instrumento de criar a objetividade da estratégia na participação política reconhecendo que a democracia participativa é o eixo mobilizador para fazer a diferença do posicionamento de quem vai assumir um cargo na representação política, seja parlamentar, executiva ou na esfera do judiciário.

1.2. O desempenho e os critérios de articulação na discussão dos conceitos de democracia e de participação política feminina

Os cinco capítulos que compõem a Plataforma¹⁰ representam o pensamento das mulheres articuladas e reunidas nas Conferências (locais, regionais, estaduais) para tratar temas emergentes na política nacional e global e estruturar seus próprios desafios.

Os itens referidos na Carta de Princípios e as Metas da Plataforma de Beijing ampliaram o enfoque sobre a sub-representação feminina que tratava do crescimento de carreiras políticas (parlamentar, executiva) via Ação Afirmativa. Priorizava-se o questionamento das formas democráticas estatuídas, mostrando que a ação da democracia participativa subsidiava a democracia representativa. A primeira ampliava o leque de discussões e deliberações sobre as políticas públicas e, nesse tom, foram distribuídos inúmeros documentos para discussão dentro dos movimentos de mulheres, produzidos a partir de dados coletados por esses movimentos e feministas acadêmicas ou não. Apontavam as carências que cercavam as mulheres em setores como a saúde, a educação, a questão da terra, a moradia, a violência doméstica e sexual, a exploração do trabalho, o direito sobre o próprio corpo. Denunciavam o viés da cultura tradicional submetendo o comportamento feminino às práticas patriarcais e negando princípios de justiça e direitos sociais. Além de apontar as carências, apresentava ações propositivas de mudanças¹¹.

Quanto à democracia representativa, os documentos registram o imperativo de ser submetida a um processo de reforma política, enfatizando a necessidade de a pleiteante a

¹⁰ I – Da Democracia Política; II – Do Estado Democrático e Justiça Social ; III – Da Inserção do Brasil no Cenário Internacional ; IV – Da Democratização da Vida Social ; V – Da Liberdade Sexual e Reprodutiva. Os propósitos deste texto são de evidenciar a relação argumentativa dos debates com as ações práticas para o aumento do número de mulheres na competição eleitoral.

¹¹ A produção desses documentos como instrumentos de discussão sobre as políticas públicas, de um modo geral, para as mulheres, é significativa, seja de organismos privados ou de órgãos públicos, nesse caso, principalmente a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Uma visita às sedes dos movimentos de mulheres é reveladora da produção escrita e, também, com a facilidade atual do meio digital, há uma forte circulação dessa produção através das redes via Internet.

um mandato comprometer-se com as demandas das mulheres. Isto quer dizer que as feministas e os movimentos, embora entidades apartidárias, não “fecham questão” com qualquer mulher, mas com aquela comprometida com a transformação social, em cada local de vivência, urbano ou rural, conforme descrito nas agendas dessas associações. Essas reivindicações, expressas em discussões, nos programas e no empenho em cobrar dos governos o cumprimento dessas políticas, mostram a convivência emblemática com os poderes constituídos.

A coerência com a chave do problema da participação política e a democracia do poder (em seu capítulo da representação) traduziu-se na “Plataforma para Candidatas a Vereadoras e Prefeitas. Em Defesa da Igualdade e da Cidadania Feminina”, lançada nas eleições municipais de 2004¹², produzido pelo CFEMEA, com patrocínio da Embaixada da Finlândia e distribuição apoiada pelos movimentos de mulheres, destacando-se a AMB e suas congêneres¹³. O diferencial entre este documento e a cartilha “Mulheres sem medo do Poder”, de 1996¹⁴, é o novo formato de conteúdos explorados. Em seis páginas, a “Plataforma para Candidatas...” aponta, inicialmente, a importância de as mulheres pleitearem candidaturas às Câmaras e Prefeituras; registra o quantitativo feminino da participação das mulheres na política, num comparativo com a população e o eleitorado; informa sobre as cotas, então sob a vigência da Lei 9504/97 com a reserva partidária do mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; trata do papel do município e da representação da Câmara de Vereadores para o progresso da democracia.

A agenda da cartilha expressa os princípios já discutidos na Plataforma Política Feminista (2002) em torno dos temas centrais e norteadores do “fazer política” feminista: rejeição à violência contra as mulheres; defesa aos direitos humanos; educação

¹² Essa cartilha não é paginada. Os itens entre aspas desta parte do texto foram extraídos desse documento.

¹³ Entre as entidades: Articulação de Mulheres Brasileiras, Fóruns e Articulações Estaduais de Mulheres; Projeto Mulher e Democracia/Nordeste; Elas por Elas na Política/SP; Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM; Bancada Feminina no Congresso Nacional; Comissão Especial Ano da Mulher – Câmara dos Deputados e Senado Federal; Secretaria de Mulheres da União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE; Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher; Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos; Comitês Nacional e Estaduais Multipartidários de Mulheres.

¹⁴ Para as eleições de 1996, o IPEA, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio do IBGE, produziram e fizeram circular nacionalmente, através dos partidos políticos e dos registros do TSE, a cartilha “Mulheres sem medo do Poder” para as candidatas ao parlamento municipal. Este documento contém um histórico da luta pelos direitos das mulheres, sugestões de montagem de um comitê eleitoral, os procedimentos necessários para o bom desempenho na campanha política e principais recursos que deveriam ser priorizados num governo na perspectiva de gênero. Os movimentos de mulheres fortaleceram os debates junto com as ONGs através de seminários estaduais com as interessadas. Veja-se que este momento há a regulamentação da Lei de cotas nº. 9.100/95, de 20% de candidaturas femininas nas listas partidárias.

igualitária; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; trabalho, moradia e desenvolvimento. Ao tratar do poder, a afirmação da ausência de democracia quando as mulheres deixam de participar na política eleitoral, traduz-se na evidência ao empoderamento e à democracia participativa nos itens subscritos: criação e apoio às Secretarias e Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher –com políticas públicas e recursos humanos, financeiros e materiais próprios, bem como a realização de Conferências de Políticas para Mulheres”; defesa ao –sistema de cotas por sexo no provimento de órgãos colegiados, cargos em comissão e funções da Administração Direta e Indireta”; e luta *–pela presença das mulheres nas mesas diretoras das Câmaras Municipais”*.

Essa foi a chave das discussões em recorrentes tratativas que os movimentos de mulheres e feministas empreenderam a partir daí, considerando o tema da participação política feminina. Nesse sentido, empoderar e redefinir a democracia, imbricando o modelo participativo ao representativo para que o regime democrático se tornasse um sistema político de inclusão política e social foi a legenda das duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas uma em julho de 2004 e a outra, três anos depois, em agosto de 2007. É possível avaliar, através dos anais desses eventos, os textos e roteiros de discussão circulando nas instâncias preparatórias municipais, regionais e estaduais¹⁵, creditando-se uma intensiva massa de informações às mulheres participantes, sobre os assuntos focais da agenda feminista.

A I Conferência, convocada pelo Presidente da República e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (com apoio de todos os ministérios) definiu diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nos anais constam painéis e grupos de trabalho analisando a realidade brasileira e avaliando as políticas existentes, traçando novos compromissos a serem assumidos pelo governo com apresentação de propostas de diretrizes para a construção de uma agenda de políticas públicas sob o olhar feminista.

A garantia à igualdade de acesso às estruturas de poder e aos processos de decisão é tratada no item 4: –Efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres: civis, políticos,

¹⁵ Ana Alice Costa (2005) registra que em 2004 o cálculo da participação das mulheres nesse evento, foi de aproximadamente 500 mil mulheres, de onde foram indicadas 14.050 delegadas das 27 conferências estaduais.

direitos sexuais e direitos reprodutivos”¹⁶. As diretrizes prevêm a adoção de *“ações afirmativas não restritas à política de cotas, em diferentes iniciativas, programas e projetos na administração pública dos distintos níveis de governo, assim como nos processos eleitorais e nas práticas de gestão participativa e seus mecanismos, tais como os orçamentos participativos, conferências e conselhos de gestão de políticas sociais.”* Uma outra diretriz nesse sentido é o aumento do *“controle público sobre os processos da democracia representativa com o financiamento público de campanhas”*.

Esses procedimentos a serem tomados para assegurar a presença das mulheres nos espaços de decisão política revelam as estratégias de empoderamento já confirmadas, com capacidade de reversão dos indícios de desigualdade.

A II Conferência convocada também sob decreto presidencial objetivou analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, avaliando a implementação do *“Plano Nacional”* de há três anos antes. Na apresentação dos pontos para discussão no segundo evento, nos âmbitos municipais, estaduais e regionais, o documento registra os pactos já assinados pelos governos e já em trâmite e os instrumentos das diretrizes anteriores, responsáveis pela consolidação das políticas em curso, focando, especificamente, para a reforma do sistema político brasileiro.¹⁷ O objetivo era chegar ao final do evento alinhando propostas que ampliassem e reafirmassem o compromisso das diferentes esferas e instâncias de poder do Estado brasileiro para os recursos previstos pela justiça social, *“com a democracia e com a paz”*.

A seção intitulada *“Mulheres nos Espaços de Poder”* ratifica a importância e a necessidade do debate sobre a participação política das mulheres vendo esta presença *“...como ação transformadora das estruturas e das instituições, e também da cultura e das mentalidades gerando novas relações sociais”*. Essa assertiva é fundamentada *“...pela situação de desigualdade e discriminações que vivenciam” (...)* ... *para a elaboração de leis e implementação de políticas públicas que promovam a igualdade e a equidade de gênero. (...)*. A denúncia de que as mulheres estão *“(...) menos nos partidos políticos, e, menos ainda, nos parlamentos e governos (...) embora de forma*

¹⁶ Cf. os Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e o II PNPM, em: www.presidencia.gov.br/spmulheres. Acessado em 18/05/2007.

¹⁷ Cf. II CNPM. Textos e roteiros de discussão: Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. CNDM, SEPM; Brasília, 2007, 47 p.

mais expressiva no âmbito das organizações e associações na sociedade (...)” é amparada em outra revelação:

“Na frente mais adversa à participação das mulheres, a da representação política no estado (governantes e parlamentares), é importante destacar que a sub-representação das mulheres fica mais agravada em relação às mulheres negras e índias, em decorrência do racismo, como também em relação às jovens, lésbicas, com deficiência, trabalhadoras rurais e domésticas e dos setores populares em decorrência das desigualdades e discriminações” (II CPNM, 2007, p. 49).

A referida seção sumariza os capítulos em temas explicativos, informativos e propositivos sobre o sistema político brasileiro e a situação das mulheres na participação política em instâncias de deliberação institucional (âmbito do estado através de conselhos setoriais, de direitos), nos movimentos feministas e de mulheres em ampla diversidade na sociedade civil. Esclarece a estruturação e as regras básicas do funcionamento do sistema de governo, das formas de poder legislativo. Enfoca a legislação eleitoral e partidária e trata das ações afirmativas na política, fazendo uma análise comparativa com países europeus e latino-americanos onde essas regras foram instituídas ¹⁸. O diferencial do documento com exposição sobre um assunto que há mais ou menos cinco anos já estava no meio da sociedade civil organizada (movimentos sociais) e no âmbito político-partidário (partidos, legislativo, judiciário, governo) era sobre a reforma política. Ainda nesta seção, há registro das propostas apresentadas no PL 2679/2003 (anexado ao PL 5268/2001) pela Comissão Especial de Reforma Política da Câmara de Deputados, com ênfase nas questões principais que demandavam mudança na Constituição Federal e nas que necessitavam de aprovação por Lei Federal que propunha alterações nos dispositivos do Código Eleitoral, da Lei dos Partidos e da Lei Eleitoral.

A exposição desses temas (que não haviam sido tratados na I CNPM) tornou manifesto o interesse, na II Conferência, de superar na discussão sobre a reforma política em base ampla, como a defendida pelos Movimentos Sociais (na Plataforma da Reforma do Sistema Político Brasileiro)¹⁹. Ensejava, ainda, que os movimentos de mulheres e

¹⁸ Os temas de que trata essa parte do documento às páginas 29 a 46, são: “As formas de Democracia; Mecanismos e Instrumentos de Participação; Sistema Político Brasileiro; Estimulando o Debate; Roteiro de Discussão; Outros Subsídios para Discussão”.

¹⁹ Cf. REFORMA POLÍTICA. Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil. s/d; s/org. Assinado por 20 entidades de movimentos populares. Acesso on line em www.participacaopopular.org.br, no dia 20/05/2008.

feministas discutissem também as questões mais restritas de uma mudança em eixos problemáticos no sistema eleitoral, no sistema partidário e nos poderes executivo e judiciário em forma de ações afirmativas, visando a criar a oportunidade para a inclusão desse gênero nos espaços de poder.

Para o sistema eleitoral, a proposta sugeria a manutenção da reserva de vagas por sexo nas listas partidárias (30%-70%) e, no caso da mudança da lista aberta para a fechada (ou preordenada), que a mesma garantisse a indicação do lugar que mulheres e homens deveriam ocupar na lista, com alternância *→a proporção de pelo menos uma vaga para cada sexo em cada três lugares, ou ainda, a alternância com paridade 50-50%*”.

Ao sistema partidário propunha-se a destinação de, ao menos, 30% dos recursos do fundo dessa organização e 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e TV, para promover a participação das mulheres. Aos poderes executivo e judiciário, nessa mesma intenção, propunha o *“critério de sexo para a indicação do 1º escalão do Governo e do Judiciário (...)”*.

O documento indaga, ainda, sobre: os mecanismos e instrumentos de participação existentes nos locais das conferências; a proporção de parlamentares mulheres no legislativo municipal, estadual, no executivo, nas secretarias de governo; quais obstáculos e quais propostas poderiam ser apresentados para a ampliação dessa participação (p.45).

Se um analista político se detiver tão somente nesse importante evento²⁰, vai considerar os decretos presidenciais responsáveis pelo empenho e desempenho dos instrumentos de discussão para a criação de uma agenda de governo incluindo as mulheres. Na verdade, os movimentos sociais de um modo geral pressionam os governos para incluir as suas demandas em uma ação coletiva que se torna um meio de controle e uma forma de *accountability* forçada das políticas governamentais.

A mobilização por uma reforma política com a inclusão da pauta de reivindicação das mulheres seguiu essa instrução de intervenção através da realização de vários eventos. O seminário *Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres* foi um dos acontecimentos que em março/ 2007, em Brasília, reuniu ministras de Estado, militantes feministas, parlamentares, representantes de movimentos

²⁰ Tomam-se por base as duas Conferências e um Plano de governo de Política para as mulheres e os decretos da Presidência da República instituindo o acontecimento.

de mulheres e acadêmicas em torno de temas da reforma político-eleitoral e partidária e participação política das mulheres. Organizado pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras e Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora/CUT e UNIFEM, teve apoio das Fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados — através das comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, Constituição, Justiça e de Cidadania, e Seguridade Social e Família — realizou (em maio/2007) o seminário “*A Mulher na Reforma Política*”, tratando de temas como “Inclusão das Mulheres na reforma do sistema político” e “Sistemas de votação proporcional, distrital e misto: ampliação da representação de Mulheres” com debates pontuais acerca do ordenamento da lista partidária, do financiamento público de campanha, da fidelidade partidária, entre outros aspectos da legislação eleitoral.

O seminário “As Trilhas do Poder das Mulheres – experiências Internacionais de Ações Afirmativas”, proposta pela equipe de pesquisadoras do NEIM²¹, inclui-se entre os eventos promovidos em 2007, na mesma temática da reforma política sob o olhar das mulheres. Apresentou-se em dois espaços, com duas lógicas de sensibilização: seis Conferências municipais com a presença das mulheres locais (Bahia) e, no Congresso Nacional, discutindo os temas em pauta nos outros seminários, com parceiras nacionais: Bancada Feminina da Câmara de Deputados e de Comissões Permanentes, ONGs como a AGENDE, o Projeto Mulher e Cidadania (PE). E as internacionais: DFID e UNIFEM.

Nesses três eventos, a troca de idéias incluiu: as mulheres de partido, parlamentares, acadêmicas feministas e mulheres dos movimentos²².

²¹ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA. Para conhecimento ver : www.neim.ufba.br Sobre o evento, cf. o artigo de Ana Alice Costa: “A quase” reforma política no Brasil e a ação feminista” em www.pathwaysofempowerment.org/Reforma_Politica. Acesso em 18/05/2008.

²² Muitos outros seminários e encontros foram promovidos pelo Brasil, antes da II CNPM. Restrinjo-me a estes que simbolizam o protagonismo feminista envolvido com a reforma política.

É importante considerar que associações como a AMB²³, o CFEMEA²⁴, outras ONGs feministas, os grupos de mulheres dos partidos (PT, PMDB, PSDB, PPS entre outros) produziram textos que circularam nos *sites* respectivos, ao longo do ano de 2007 e 2008. Também esse tema deu mostras de mesclar-se às discussões que já estavam na pauta das casas legislativas conforme é possível anotar no material produzido pelas equipes de assessores dos/as parlamentares.

2. Poder & Política nas Discussões dos Movimentos de Mulheres no Pará: a convergência com as versões nacionais e algumas cláusulas de Beijing

2.1. Aproximações & diversidades

Para avaliar os caminhos dos debates dos movimentos de mulheres e feministas no Pará sobre os acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas já contemplado em outro contexto, foram realizados dois *surveys*. O primeiro, entre as lideranças desses movimentos, aproveitando-se o período da II CEPM²⁵. E o segundo, no momento em que algumas mudanças já haviam sido discutidas pela Comissão Tripartite criada para a revisão da Lei 9.504/1997²⁶ e aprovação da Lei nº 12.034/2009.

Na intenção de traçar um perfil das entidades, de suas atividades de formação política e das associadas que compunham os movimentos, foi aplicado um questionário com 35 questões contendo perguntas abertas e fechadas, algumas subdivididas e de múltipla escolha, agrupadas em três seções: A – Identificação do Movimento; B –

²³ A ABM lançou, em 2007, em seu jornal eletrônico, o documento —Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas” com textos subsidiando a discussão sobre: —Participação das Mulheres na reforma do sistema político; —Feminismo, construção do contrapoder e participação política das mulheres”; —Participação das mulheres no controle social”; —Paridade na política é a nossa proposta na reforma do sistema eleitoral” etc. Cf. www.articulacaodemulheres.org.br . Acessado em 12/05/2008.

²⁴ O CFEMEA sempre tratou da questão da s mulheres no poder. Em 2007, muitos artigos e dados estatísticos mereceram destaque de circulação no site www.cfemea.org.br . —A mulheres na política e a reforma política”, de Silvia Camurça, foi um desses textos.

²⁵ Participei deste evento com intervenção na mesa redonda: —Participação política das mulheres nos espaços de poder”, no dia 26/06/2007, no Centro Cultural e Formação Cristã (Pio X) - BR-316, Ananindeua. O título do texto: —Mulheres na Política, Mulheres no Poder: avanços e perspectivas”.

²⁶ A Comissão Tripartite foi criada através da Portaria Nº 15, de 11/03/2009, da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, ”para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”. Cf. Relatório Final, Brasília, novembro de 2009.

Relação com os demais Movimentos de Mulheres; C – Participação Política e Partidária das Associadas.

No segundo momento da pesquisa, as associadas desses movimentos responderam as questões mais diretas sobre a sua própria dinâmica de participação e relacionamento com os partidos e a competição eleitoral. Houve também um retorno às coordenadoras desses movimentos para avaliar o incremento de suas discussões sobre as questões mais específicas sobre partido, participação, representação e sistema eleitoral em estímulo aos temas dos debates já evidenciados.

2.2.A Cena Paraense dos Movimentos de Mulheres

Foram escolhidos, de forma aleatória, vinte e dois movimentos de mulheres paraenses²⁷, representados por suas lideranças e, segundo estas, agregando entre 10 a 100 mulheres em seus municípios e/ ou nos conselhos²⁸. Essas organizações têm registro institucional (68%), são regidas por estatutos (81%), anotam em atas as suas reuniões (77%). Os cargos de diretoria são ocupados por eleição (91%) e, no caso de indicação (9%), esta é feita pelas próprias associadas em assembléia (64%). Os mandatos variam em anual (5%), bianual (40%), trienal (22%) ou quadrienal (14%). Algumas referiram seis meses, e outras deixaram de responder (19%).

²⁷ Os movimentos representados: GTAE - Grupo de Trabalho de Mulheres Agro-Extrativistas; AMORENI – As Mulheres do Município de Nova Ipixuna; MMTACC – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade; Movimento de Mulheres Organizadas de Belterra; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Tucuruí; CAOEPSA - Centro de Apoio as Organizações Extrativistas do Pará; MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará; ASFAION – Associação de Filhos e Amigos de Ilê do Ogum; Movimento de Mulheres Pescadoras da Colônia Z – 40, de Cachoeira do Arari; Associação Comunitária Cultural e de Liberdade; GMB - Grupo de Mulheres Brasileiras; Pequenas Produtoras: Assentamento Vale do Moju; ARCA – Associação Religiosa do Culto Afro; MOLANGU; Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena; Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém-PA; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará; ONG Gays e Homossexuais do Pará; MOVMI – Movimento das Mulheres de Icoaracy; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará; Movimento de Mulheres do Sindicato dos Bancários PA/AM; FMAP – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense.

²⁸ Este *survey* faz parte dos objetivos propostos no projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, aprovado em 2008 - Edital MCT/CNPq/SMP-PR/MDA-nº 57/2008 Processo: 402969/2008-1 – APQ- CNPq, que trata, entre seus objetivos, de avaliar a presença de associadas dos movimentos de mulheres no processo eleitoral e, enquanto filiada a um partido, ter a indicação do seu nome na lista nominal de candidatos.

2.3. Relação com os demais Movimentos de Mulheres

As questões centrais mostram os vários objetivos dos movimentos de mulheres para se organizarem, ressaltando-se que suas lideranças têm clareza de que o principal é *“lutar e levar outras mulheres às lutas pelos seus direitos”*. Os projetos que desenvolvem estão imbricados nas propostas inscritas no PNPM e nas especificidades da região amazônica onde a situação do ecossistema e do meio ambiente e desenvolvimento sustentável têm peso significativo. As atividades principais relacionam desde as administrativas, na condução do próprio grupo, com a presença em reuniões de conselhos, fóruns, eventos da categoria, assim também em seminários de capacitação, conferências, palestras, debates, no próprio município ou na capital do estado, referindo também as atividades econômicas que realizam na área da piscicultura, pesca artesanal, produção de renda, criação de gado, plantio de roça, artesanato etc.

Essas associações agregam profissionais urbanas (bancárias etc.) e rurais (agricultoras, pescadoras, sem-terra etc.) e se integram nas várias atividades coletivas. Para funcionarem, dispõem dos recursos de mensalidades, de projetos aprovados, de apoio de agências internacionais e de ONGs. As parcerias destes movimentos são: o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP (do qual fazem parte), a FASE, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Nacional Feminista de Saúde e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, possibilitando-lhes intercâmbio com as suas atividades de capacitação e formação política, implementação de metas das políticas de saúde, de violência contra a mulher, educação, organização política de outras categorias, incremento de conhecimentos, troca de experiências. Para a presidente do FMAP, *“o movimento tem uma agenda de lutas e uma plataforma de políticas públicas”*, havendo *“um pequeno avanço com relação ao governo, tudo conseguido pelas lutas, como o PRONAF Mulher e o programa de documentação das mulheres”*.

2.4. Participação Política e Partidária na Associação

Há uma forte militância e participação política das associadas nas atividades coletivas locais, estaduais e nacionais promovidas pelos movimentos de mulheres das diversas categorias. Quanto à inserção em um partido político, segundo as coordenadoras dos movimentos, esta não é significativa, mas existe (18%) incluídas aí como grupo

auxiliar, convocadas para trabalhar nas campanhas eleitorais (46%) ou para compor a cota partidária de gênero (55%). Como filiadas partidárias, se as explicações sobre a inserção no partido se deram num plano residual, é neste que pode ser verificado a informação sobre a baixa filiação partidária das associadas. Quatro lideranças afirmaram que entre as suas associadas não há filiada a partido; outras desconhecem ou apontaram números aproximados (22 mulheres, outro 50, outro 90% das associadas). Algumas não responderam. A presidente do FMAP disse não possuir esse dado. Nesse caso, a possibilidade de haver mulheres filiadas aos partidos é um fato, com a indicação da sigla partidária distribuída entre os diversos partidos como PMDB, PSOL, PC do B, PDT, PSDB, PPS e em sua maioria, o PT.

Se a versão das lideranças dos movimentos de mulheres refere uma diversidade de partidos aos quais suas congêneres estão filiadas, ao responderem por si próprias a maioria (68%) revela ser filiada ao PT. Uma informação que coloca os movimentos na competição eleitoral é a de que 50% revelam já ter tido associadas candidatas para os cargos parlamentares (vereador e deputado), outras confirmam a eleição de pelo menos 10 associadas nos municípios de origem²⁹. A presidente do FMAP afirmou que —estimula as associadas a se candidatarem, mas não as favorece através de campanhas tradicionais”³⁰. As demais lideranças também revelam estimular as associadas para concorrer, principalmente as que têm chances de vitória, organizando formas de divulgação da candidatura seja de chapa única ou como —dobradinha”³¹.

3. O cenário, a vez e a voz das associadas do movimento de mulheres em novo tempo político

O segundo momento do *survey* foi realizado em 2009/2010, em uma fase de discussões sobre o acesso das mulheres aos cargos de decisão política, com evidência de novas formas de estimular o empoderamento como a criação da Comissão Tripartite, pela Secretaria de Política para as Mulheres/(SPM/PR). Este grupo formado por

²⁹ Esses municípios de onde são originárias: Belém, Nova Ipixuna, Altamira, Belterra, Santa Bárbara, Cachoeira do Arari, Cotijuba, Santarém, Barcarena, Terra Alta, Moju, Tomé Açu, Abaetetuba, Acará, Igarapé Mirim, Concórdia do Pará, Bujarú, Tucuruí, Vitória do Xingu. As regiões referidas foram: Baixo Amazonas, Nordeste do Pará, Região das Ilhas, Baixo Tocantins, Sudeste do Pará 1 e 2, Sul do Pará e Região Guajará.

³⁰ Nessa questão, foi feita a seguinte pergunta com sub-itens numa escala de 1 (menos importante) e 5 (mais importante): —Qual a atitude do movimento quando há interesse de uma associada se candidatar?”

³¹ Referência ao apoio de dois ou duas candidatas/os.

representantes do executivo, do parlamento e membros da sociedade civil, se propunha a intervir nos debates que ocorriam no Congresso Nacional, no momento em que se achava em pleno funcionamento a discussão da mini-reforma eleitoral. Objetivava *“incluir na proposta artigos que assegurassem a ampliação da participação política das mulheres”* (Relatório da Comissão Tripartite, 2009, p.17). Essas discussões, de pontos focais da questão levaram à aprovação da Lei 12.034/2009, incluídos artigos beneficiários para a inclusão das mulheres na política como: *“alteração do artigo que regulamente as cotas, com a obrigatoriedade do preenchimento das vagas, e não mais apenas uma reserva; a obrigatoriedade de utilização de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres; e reserva de pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita para as mulheres dos partidos políticos”* (idem, p. 3).

Nesse novo tempo, os movimentos de mulheres paraenses estavam atentos a essas discussões. Contudo, pelas explicações dadas em itens acima, observa-se que essa questão da política formal ou demanda por um cargo de representação política não estava na agenda prioritária das coordenadoras desses movimentos que privilegiavam temas, sem dúvida, muito relevantes sobre geração de renda, saúde e violência doméstica, mas não viam significado em promover debates sobre o fortalecimento e a autonomia das mulheres em instâncias de decisão e de poder. Não registravam indícios de que questões como sistema eleitoral, lista aberta, representação parlamentar, partidos políticos se incluíssem nas várias agendas propostas como metas anuais de discussão interna.

E quanto às associadas, qual o capital social que detinham por se agregarem a esses movimentos? Apresentavam uma trajetória política que as definisse como lideranças em seus locais de origem? Seu tempo de trabalho em casa as excluía do tempo político fora de casa? Eram militantes de partidos ou consideravam também a inserção nessas organizações uma atitude não tão significativa? Como viam o trânsito entre as lideranças do movimento ao qual pertenciam e seu interesse em candidatar-se sendo filiadas a um partido político? Sentiam motivação para a competição eleitoral? Discutiam uma maior capacidade de aprovação de políticas públicas para as mulheres em todos os âmbitos mantendo reservas às que possibilitassem o incremento da ~~p~~olítica de presença³²?

32 Cf. Phillips, Ann. 2001.

Considerando o necessário depoimento das próprias associadas e não através da versão das coordenadoras dos movimentos de mulheres, foi realizada a segunda etapa do *survey*³³ aplicando-se um questionário com 65 perguntas de múltipla escolha entre abertas e fechadas, agrupadas em cinco seções: A – Identificação da associada; B - Trajetória política; C - Empoderamento e capacitação nos movimentos de Mulheres; D – Participação político-partidária; E – Atividade de campanha (para a associada candidata em uma dada eleição).

O interesse era avaliar quem eram essas mulheres pertencentes aos movimentos e sua circulação no ativismo político-cívico³⁴. Era necessário ter idéia da trajetória pessoal e política acumulada, o grau de representatividade em sua cidade de origem, o capital social acumulado que poderia ter sido incentivado pelas atividades desenvolvidas na formação política através do movimento. O contato inicial foi feito com 89 mulheres, sendo 47 associadas e 42 coordenadoras de 22 associações³⁵ de 20 dos 143 municípios paraenses³⁶ (meso e microrregiões do Estado), privilegiando-se, para esta análise, somente as primeiras.

A composição dos antecedentes sociais do grupo pesquisado mostrou que são mulheres na faixa etária de 30 a 39 anos (31,91%), paraenses (82,98%), casadas (38,3%), mais de 3 filhos (31,91%), grau de escolaridade no 2º grau completo (31,9%, embora 27,7% informe que tem o 3º grau completo), religião católica (68,08%), ocupação principal prevalecendo as trabalhadoras rurais (36,17%) e a renda pessoal em 1 S.M (34,04%).

Para uma avaliação de sua auto-representatividade no espaço das atividades que realizavam no lugar de moradia, uma questão referia o nível de reconhecimento que elas

33 Trata-se de um método usado como ferramenta do projeto de pesquisa para levantar dados sobre as relações entre capital social e as formas de empoderamento das associadas dos movimentos de mulheres. Cf. base da bibliografia em Babbie, Earl (2001).

34 Ativismo cívico é um dos três padrões do ativismo político que, segundo a literatura internacional, é um fenômeno multidimensional com modos alternativos associados com diferentes custos e benefícios”. Cf. Inglehart & Norris, 2002. O ativismo tradicional inclui: votar, pertencer à associação partidária e à associação sindical; o ativismo cívico é definido pelas organizações voluntárias, comunitárias e movimentos sociais novos; o ativismo de protesto são as manifestações públicas como as passeatas e os boicotes.

35 As seguintes associações de mulheres foram contatadas: ABPW; ACQ; ACRQ; AMEC; AMEP; AMMB; AMOL; AMVIFA; AQUIM AKELÔ; ARQUIC; ASDEMMUTA; ASMOC; ASMUME; GMB; Clube de Mães de Jambuaçu; Colônia de Salvaterra Zona II; MMCC; MMIB; MNEPA; STTR; UBM.

36 Os municípios e ilhas visitados: Benfica, Moju, Igarapé Miri, Capanema, Tailândia, Salvaterra, Ananindeua, Barcarena, São Francisco do Pará, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Mocajuba, Bragança, Tracuateua, Capitão Poço, Irituia, Marapanim, Ourem e Belém (Região das Ilhas – Cotijuba) , Território Quilombola de Jambuaçu.

consideravam para si, em torno de um alto, médio ou baixo nível. Consideraram que entre as pessoas da sua comunidade seu reconhecimento era alto (44%).

Observa-se que todas as associadas dividem sua participação no movimento de mulheres com a presença num outro movimento social³⁷. Para medir esta variável entre as entrevistadas, foi formulada uma questão evidenciando seu percurso em tipos de ativismo cívico e político: o estudantil (19,15%), o de igreja (63,83%), o comunitário (40,43%) e o sindical (55,32%). De um modo geral, a taxa de participação das associadas é expressiva no movimento de igreja e no sindicato.

Participar de associações cívicas, políticas e voluntárias incide nos argumentos de teóricos clássicos que assinalam a importância vital deste evento para fortalecer a democracia, pois repercute na formação do capital social do/a cidadão/ã³⁸. Nas teorias atuais de ativismo, Robert Putnam (2000)³⁹ focaliza seus estudos sobre estas associações que movem a participação política e a eficácia da governança, ao promoverem a formação de redes sociais. Para ele, isto gera confiança interpessoal que alimenta a capacidade do trabalho compartilhado e cria vínculos sociais com vistas ao bem-estar social, formando associações que o autor chama de capital social isto é: *“conexões entre indivíduos - redes sociais e as normas de reciprocidade e probidade que surgem delas”*⁴⁰. Para Sacchet (2009:308), no Brasil: *“A ênfase nessas ações serviu tanto para destacar o caráter político dos movimentos de mulheres e sociais como para refutar a noção de que as mulheres não se interessavam por política”*. Por suposto, o capital social agregado pelas mulheres associadas aos movimentos aflora pelo desempenho que têm na formação do seu empoderamento traduzido em ações geradoras de conexões na comunidade em que vivem e criação de *“redes e normas de reciprocidade e confiança que derivam delas”* (Sacchet, idem, 309).

3.1. Empoderamento & Trajetória Política das Associadas

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre os temas da inclusão/exclusão dos sujeitos sociais aspirantes de uma identidade construída através

³⁷ Há casos de alguns que criaram seu próprio movimento comunitário.

³⁸ Cf. Pippa Norris (2003) evidencia esta argumentação extraída de Tcqueville, John Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser para tratar da contribuição anterior e atual de Robert Putnam (1993 e 2000) sobre capital social.

³⁹ Cf. Putnam, Robert D. *Bowling Alone* apud Norris, Pippa (2003).

⁴⁰ Cf. Norris, 2003. p. 1, *on line* www.pippanorris.com. Tradução de Álvares, 2003.

da participação no poder público, avaliando-se os déficits das mulheres no âmbito do poder, quer no plano formal das normas institucionais, quer no da cultura. Houve generalização desse conceito em âmbito internacional, nacional e local nas últimas décadas, primeiro para contemplar a exclusão da pobreza nos países do sul asiático, seguindo-se a situação das mulheres (cf. J. Rowlands, 1997 apud Lèon, 2001)

Na America Latina, o primeiro registro que se tem de uma oficina utilizando explicitamente o conceito e a metodologia específica é em 1995. No Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais (México).

A ampliação do uso do conceito levou à diluição de seu significado criando ambivalências e contradições visto que a pressuposição de seu significado quer referir à conquista do poder. Dessa forma *“empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado”* (Magdalena León, 2001: 96).⁴¹

O processo de empoderamento com significados para a discussão da conquista das mulheres aos seus direitos incluindo o auto-reconhecimento do poder adquirido na conquista de capital social foi designado para encaminhar esta seção de questões relativas à trajetória pessoal das associadas e avaliar as estratégias dos movimentos na utilização de técnicas de capacitação política. Em treze questões foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores de uma educação informal em programação de estudos que pudesse estar disponível às associadas. Pelo que se observa dos resultados são as lideranças da associação de mulheres que organizam e ministram (93,62%) cursos, palestras, seminários, encontros, reuniões, plenárias sobre os temas mais variados⁴², sendo os mais assinalados com percentual acima de 70% os referentes à: violência doméstica e sexual; política de apoio aos pequenos produtores; direito à moradia, à educação, à bolsa família; aos programas de geração de emprego e renda e capacitação; ao combate à discriminação no trabalho; e à desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres. Dois temas mesclando-se aos demais se detiveram na política específica e

⁴¹ León, 2001.

⁴² Foram elencados 20 temas para múltipla escolha. Devido à norma definindo o tamanho deste artigo deixo de registrá-los.

foram menos aclamados: participação política e o direito das mulheres se elegerem aos cargos políticos (68,09%) e eleições, campanha, filiação e militância partidária (61,70%).

Provocando um resultado que se detivesse em temas mais específicos da política formal, nove outros tópicos foram agrupados numa questão sobre motivos de capacitação ou palestra entre as associadas. Assim, distribuíram-se resultados com percentuais abaixo dos outros assuntos: Participação política (51,06%); Política partidária (42,5%); Democracia e cidadania (51,06%); Partidos políticos (36,17%); Eleições (51,06%); Campanha eleitoral (46,81%); Reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II PNPM – SPM/PR (36,17%); Reforma do sistema eleitoral (23,40%); Empoderamento das mulheres para os cargos de decisão política (44,68%). O indicativo para ministrantes desses assuntos citou os dirigentes e militantes partidários recebendo os mais baixos percentuais (de 19 a 8 %) evidenciando-se mais uma vez que as lideranças dos movimentos de mulheres são as responsáveis por tratarem desses temas com suas associadas (46,81%).

Esse *script* procurou respostas das associadas para identificar se havia déficit de informações sobre uma área a descoberto discutido na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Mulheres 2000: Igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI (Beijing +) referente à ampliação da representação feminina nos cargos de decisão política e/ou se elas já haviam incluído em seus debates temas nesse sentido. Como se vê, esses assuntos receberam os mais baixos percentuais.

Esse dado, contudo, não deve ser tomado como assunto dispensável na agenda das discussões das associadas ou na suposição de que elas não se interessam por política, como registrado no imaginário social. O que se verifica é que há temas emergentes aos quais elas necessitam de empoderamento eficaz para decisões imediatas da sobrevivência familiar.

Outro dado extraído dos resultados deste *survey* é a evidência de uma trajetória política dessas mulheres ao compartilhar ações coletivas de demandas públicas com os grupos de mulheres aos quais estão integradas.

3.2. Recrutamento, Partidos e Competição Eleitoral

A competição eleitoral na democracia representativa tem uma característica indicativa de uma função partidária primordial: o recrutamento de candidaturas. Trata-se

de um processo que desenha uma primeira forma de constituição da lista de candidatos/as entre os membros filiados, tanto aqueles que oferecem o seu nome quanto os demandados pelas lideranças para a competição eleitoral.

Historicamente, na democracia representativa moderna a ausência das mulheres dos direitos de cidadania política expressa no direito do voto, tornou-se uma batalha do sufrágio, pois este considerava que através do voto as mulheres teriam o apoio institucional necessário aos direitos naturais de liberdade e igualdade inscritos nos princípios democráticos. A conquista desse direito deu margem a reconhecer que os benefícios da institucionalização dos direitos de cidadania ampliaram as demandas políticas das mulheres por equidade de gênero e por *empowerment*. Contudo, a dimensão cultural revelada nos baixos índices de mulheres filiadas aos partidos ou na representação parlamentar seguiram duas situações históricas vividas por este gênero: a baixa motivação para a carreira política e a submissão a um comando familiar para inscrever-se no partido. No primeiro caso, há toda a relação de exclusão que ela viveu em torno da participação política, desde a entrada tardia na cidadania civil e política às opções pessoais percorrendo outros interesses, não constando entre estes a atividade político-eleitoral. No segundo caso, a cooptação familiar dos chefes políticos conduzindo, para dentro do partido, homens e mulheres para garantir a legalidade da criação do partido, como filiadas/os--~~laranja~~”, não racionaliza a importância delas em competir, pois servem apenas como ~~peso~~ “peso numérico” para o partido.

Diz o Relatório da Comissão Tripartite (2009: 14): *“O problema da sub-representação não é uma questão das mulheres, nem se explica por incapacidade ou despreparo das mulheres decorrente do déficit histórico de participação que lhes foi imposto e que as transformou e mantém como minoria política. Os dados e análises da realidade demonstram que a questão é muito mais profunda. Estruturas sociais precisam ser mudadas, em especial a divisão sexual do trabalho, condições de vida das mulheres, aspectos culturais, assim como a cultura política e o próprio sistema político, cujas deficiências já estão apontadas na Plataforma Política Feminista elaborada em 2002, quando da realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras”*.

A pesquisa *survey*⁴³, como instrumento exploratório, quis testar as evidências do processo da baixa motivação das mulheres na competição eleitoral, com o propósito de verificar o comportamento desse grupo engajado em uma associação, em torno do fenômeno eleitoral e sua forma de participação político-partidária. Os dezoito itens da seção D do questionário centravam-se em identificar os partidos, os meios de acesso à trajetória político-partidária e o reconhecimento das cláusulas de recrutamento.

Observou-se que 63,8% das associadas estavam filiadas a um partido, com o PT recebendo o maior percentual (42,5%), seguindo-se o PCdoB (10,6%), PMDB (6,3%), PSC e PSDB (2,13%). Das 47 associadas 27,65% não se filiaram a nenhum partido e 8,51% não responderam. A distribuição do tempo de filiação demonstra que há associadas que se filiaram desde a década de 1970 (2,15%), mas o registro maior se dá entre 2000 e 2009 (25,53%). Este dado contesta o que alguns estudiosos sobre partidos anglo-americanos referem que há uma queda mundial de filiações partidárias nesse período (Mair & Biezen, 2001).

Importante saber quem aproximou a associada do partido ao qual se filiou e esse detalhe alcança os tradicionais atores que compõem esse quadro de estratégias de agregação como: parentes (12,8%), amigos/as (17,02%) e líderes políticos (8,5%). A associação de mulheres também foi citada (4,3%), como o movimento social (2,1%) e a Igreja Católica (2,1%). O interesse pessoal (6,4%) da associada também foi um fator que a levou ao partido.

Há fidelidade da associada ao partido ao qual se filiou (42,6%), mas houve também quem preferisse outra legenda (21,3%) devido a brigas internas e convite de militantes (6,39%).

Um outro ângulo na análise da trajetória política do grupo em estudo foi avaliar a vinculação da associada à estrutura interna do partido. Para esta abordagem foi apresentada uma questão sobre se ocupavam algum cargo nos órgãos de direção do partido sendo referido positivamente por 36,17% que já haviam assumido cargos na secretaria (14,89%) e também na presidência do partido, vice-presidência, comissão política, tesouraria (17,02%).

Há estudos que mostram a dificuldade de as mulheres serem indicadas para esses cargos de poder dentro dos partidos. Avelar (2001) detalha a situação das mulheres na

⁴³Utilizo este procedimento como medida descritiva, buscando identificar as situações, eventos, atitudes ou opiniões entre as associadas do movimento de mulheres.

cúpula de seis maiores partidos brasileiros correlacionando com o nº de membros nessa posição, procurando também avaliar o processo de evolução do número de mulheres nas diretivas nacionais em uma série histórica de 1981 a 2000, observando que o PT é proporcionalmente o partido a apresentar maior número de mulheres nas instâncias executivas, seguindo-se o PDT. A autora observa o *cluster* ideológico e destaca a incidência de partidos de esquerda conduzindo as mudanças. Clara Araújo (1999) considera a implantação da política de discriminação positiva, através de uma cota de 30% de mulheres nos cargos decisórios partidários, a medida responsável pela mudança do status feminino de fora desses cargos. A Interparliamentary Union (IPU) ao desenhar o mapa das ausências das mulheres das instâncias partidárias de decisão através de levantamento feito em 1997 entre 418 partidos de 86 países, em continentes diferentes, constatou que somente em 10,8% destas organizações havia mulheres ocupando a presidência ou secretaria-geral. No caso da média mundial para os parlamentos, houve um aumento de 11,7% (1997) para 19% (2010) de mulheres na presidência das duas casas (câmara baixa e alta).

A trajetória político-partidária culmina com a competição eleitoral. A indicação de candidaturas para esta competição é antecipada pela elaboração de uma lista de nomes que tende a sair de uma pré-seleção, apresentada e votada na convenção. Mas é nesse momento que é interessante avaliar a forma pessoal vivida pelas associadas na condição de aspirante a um cargo eletivo. Para isso, o questionário apresentou alternativas desagregadas com possibilidade de evidenciar se já haviam sido candidatas e para quais cargos. Das associadas filiadas aos partidos, 36,17% já haviam se candidatado ao cargo de vereadora (36,17%), prefeita (2,1%) e vice-prefeita (2,1%), sendo que 44,68% foram indicadas pelo movimento de mulheres ao qual se acham associadas (10,63%), pela direção do partido (8,51%), pela tendência partidária a qual pertenciam (4,26%) e para preencher a cota de gênero (5,38%). Apenas uma associada oferecera seu nome para concorrer.

Um item importante do *script* de questões levantadas quis provocar a percepção da associada à motivação de sua indicação para concorrer ao cargo eletivo pelo seu partido. Se ela considerou ter em sua cidade de origem um alto reconhecimento das pessoas por sua liderança e se demonstrava um significativo capital social a ponto de o seu partido e o movimento de mulheres indicá-la para concorrer, as variáveis que poderiam ser enquadradas para uma avaliação seriam a de ter uma trajetória pessoal com

ênfase na trajetória política, profissional e familiar. Assim, a evidência da associada foi para a de ter sido indicada devido à sua trajetória pessoal construída nos três níveis de sua exposição pública (43,3%)⁴⁴ com o que havia angariado prestígio político para concorrer⁴⁵.

A base estatutária do partido refere o município como a sua unidade política. É no nível micro das relações pessoais, sociais, políticas, profissionais que se estruturam as motivações do “policy-making” com alta repercussão nessa unidade sub-nacional. A representatividade (reconhecimento do valor) dos/as filiados/as também reflete neste espaço, apresentando-se como vantagem em uma carreira política que inicia. Mas a decisão de concorrer só se realiza quando os/as políticos/as examinam quais as chances que têm, de vencer as eleições, com os recursos do capital social e político acumulados. Quando a avaliação induziu ao equívoco e houve a derrota, eles/as não vêm somente o fracasso, mas avaliam os benefícios que acumularam com a circulação de seu nome no distrito aonde foi deflagrada a eleição, considerando também o crescimento do grau de representatividade em outros locais, criando expectativa de nova chance para concorrer. O número de votos ganhos também é altamente valorizado e fator de considerar uma nova incursão na competição eleitoral com recursos que estiveram ausentes na primeira vez. Este início de estruturação da carreira política do/a candidato/a é uma experiência que ele/a valoriza para estimular a ambição por outros cargos.

Quando é argumentado que as mulheres procuram mais os cargos eletivos no seu espaço de residência (distrito municipal e estadual) porque têm as motivações familiares debitadas na sua cota de domésticas e mães, sem ter a perspectiva de um outro aspecto motivacional da política, esta análise parcial impede a aplicação da teoria política da ênfase de Samuels⁴⁶ sobre a ambição do/a político/a pelo nível subnacional.

4. As Mulheres da Amazônia Paraense e os Fóruns de Discussão sobre empoderamento: como ampliar as rotas de acesso à representação política das mulheres?

A atuação política dos movimentos de mulheres no Pará, considerando o que disseram as lideranças, tem seguido o padrão de suas congêneres em âmbito nacional, de

⁴⁴ Nesse caso, o percentual é extraído não dos 47 casos estudados, mas do número de filiadas partidárias, em número de $13 \div 30 \times 100$.

⁴⁵ Sobre esse argumento, cf. Álvares, 2004; Araujo, 1998; Avelar, 2001.

⁴⁶ Sobre essa tese cf. Samuels (1998).

criar parcerias, programar eventos, integrar-se às agendas nacionais e internacionais e superar, nas discussões, as questões ligadas ao acesso das mulheres às políticas públicas e ao poder.

O *script* usado neste texto para analisar a articulação estabelecida entre os movimentos na Amazônia e suas associadas diferenciou-se em relação ao material produzido pela articulação nacional que deu suporte às observações descritas nas seções anteriores. Uma produção escrita, possível de acesso pela tecnologia digital diminuiu as distâncias regionais e operou de forma a criar meios de circulação das idéias entre as mulheres de norte a sul. Essa presença situou a amplitude da articulação intragrupos fortalecendo as proposições dos movimentos de mulheres e feministas em suas análises sobre a realidade política e social brasileira. Além disso, identificou as demandas pontuais com a perspectiva de gênero, fazendo convergir os empreendimentos (Planos, Conferências, Plataformas) para a redefinição da democracia, e inclusão política e social cujas falhas foram detectadas pelo olhar das mulheres.

Em cada 8 de março e nas demais datas que subscrevem um calendário de eventos históricos ou de posicionamentos necessários em torno de novas conquistas, os movimentos de mulheres do Pará se inscrevem para “comprar a briga”. Eles têm em sua agenda outras lutas a declarar como na defesa do meio ambiente e os mecanismos de sustentabilidade amazônicos. Seus escritos são rigorosos no “escancarar” os problemas, que circulam na Amazônia.

Nesse documento, ao mostrarem os grandes problemas do Pará, as mulheres aliam suas críticas às suas propostas específicas para a saúde, a educação, o meio ambiente, contra a violência doméstica contra as mulheres e as que ocorrem no campo, enfim, associam-se às lutas dos movimentos sociais em geral, fazendo-se “bandeira” para a mudança. Esse é o empoderar que as coloca no reconhecimento do poder em si próprias. Então, este capítulo das propostas de Beijing tem tido uma interlocução positiva entre elas.

Há questões, contudo, que só emergem quando elas revelam, para o *script* do questionário, o frágil trânsito com as dimensões da democracia representativa, ou seja, com as políticas de estímulo ao empoderamento nos cargos de decisão política. Em relação aos partidos, em relação a candidaturas, em relação às eleições. Há mulheres que aspiram candidatar-se, há movimentos que estimulam as candidaturas, há filiadas partidárias que trafegam entre a linha da liderança e a posição de poder. Mas não se vê,

no manifesto, por exemplo, nenhum item explorando a desigualdade da sub-representação feminina. Esse é um ponto a refletir sobre a baixa repercussão, entre os movimentos de mulheres e feministas paraenses, de um eixo marcante da II CNPM extravasado no II PNPM.

Seu posicionamento crítico, ao identificarem a presença e a ausência dos dirigentes partidários antes e depois das eleições, reflete a consciência da posição política que elas têm enquanto lideranças, um ponto que subscreve uma ação de empoderamento.

Quanto ao percurso político-eleitoral das associadas dos movimentos de mulheres, vê-se, nesse segundo momento do survey que há, na verdade, um trânsito entre o empoderamento nas várias articulações e formas de gerenciar as demandas de políticas públicas e o acesso que elas têm buscado através da demanda de um cargo eletivo porque filiadas a um partido político. Não há *déficit*, conforme dito no resumo deste artigo, no incremento de candidaturas de associadas dos movimentos de mulheres aos cargos de decisão política, mas ausência de um olhar mais efetivo do partido ao qual estão filiadas em busca de incentivo às suas candidaturas como bem avaliou a Comissão Tripartite (2009:14-15): *“Os custos para se realizar uma campanha política são altos. A propaganda eleitoral bem elaborada, os comícios, as possibilidades de deslocamento de uma/um candidata/candidato para se promover em várias regiões, dentre outros elementos necessários a uma campanha política efetiva, demanda grandes investimentos orçamentários. E isso compõe mais um obstáculo às mulheres”*.

5. As eleições de 2008 no Pará e a presença das mulheres – relação entre as candidaturas, as eleitas e os movimentos de mulheres

A intenção da pesquisa era realizar o levantamento de dados sobre as formas de empoderamento que são criadas para estimular a formação política e o debate sobre competição eleitoral das associadas dos movimentos de mulheres, considerando o déficit na representação parlamentar com evidências nacionais e internacionais acentuadas.

Como se observa, esses grupos já desenvolvem estratégias de “fazer política” em suas próprias comunidades e integradas às redes de articulação de mulheres, mas o nível competitivo nas eleições ainda é algo que não aquece suas intenções de participar. Também os partidos políticos somente acorrem a esses movimentos quando se aproximam os pleitos, na verdade mais preocupados com a composição da cota partidária

de gênero que hoje incide em punição formal, conforme estabelecido pela Lei nº 12.034/200. E, também, para utilizar-se do serviço eleitoral nos espaços de convivência dessas mulheres usando a base de seus conhecimentos na comunidade. Não há, pelo que se observa, nenhuma agenda dessas organizações partidárias que resulte em programas de debate que concorram para o fortalecimento do conhecimento de temas candentes na área partidária e eleitoral.

Dessa forma, considerando um teste necessário para averiguar as candidaturas femininas nas eleições de 2008 incidentes entre as associadas dos movimentos de mulheres filiadas aos partidos políticos com um percentual significativo, conforme já tratado, foram elaborados os quadros abaixo que demonstram a densidade eleitoral feminina nos municípios paraenses. Espera-se elaborar proximamente uma perspectiva mais ampla sobre números e percentuais da participação das mulheres nessa instância.

Nas eleições de 2008, o eleitorado paraense⁴⁷ compunha-se de 4.515.590 de eleitores, sendo que 2.260.292 (50,06%) homens e 2.251.858 (49,87%) mulheres. No quadro de filiados/as, conforme a tabela abaixo, havia 65.534 cidadãos/ãs regularmente inscritos nas organizações partidárias do Estado, representando 1,45% do total do eleitorado equivalendo a 0,83% e 0,61% de homens e mulheres respectivamente.

⁴⁷ Dados disponíveis em set./ 2010, no site do TSE – www.tse.gov.br referente a julho/2008.

Quadro 1- Distribuição do número e percentual de filiados/as – Eleições 2008-Pará

Partido	Filiados	M	M(%)	F	F(%)
DEM	4287	2424	56,54	1860	43,39
PCdoB	1139	651	57,16	488	42,84
PCB	571	317	55,52	254	44,48
PDT	4015	2363	58,85	1652	41,15
PHS	388	213	54,90	175	45,10
PMDB	10581	5948	56,21	4633	43,79
PMN	461	243	52,71	218	47,29
PP	5035	3066	60,89	1969	39,11
PPS	2673	1504	56,27	1166	43,62
PR	4586	2620	57,13	1966	42,87
PRB	1087	558	51,33	529	48,67
PRP	1069	566	52,95	503	47,05
PRTB	412	230	55,83	182	44,17
PSB	4016	2324	57,87	1692	42,13
PSC	1353	814	60,16	539	39,84
PSDB	6762	3729	55,15	3033	44,85
PSDC	922	485	52,60	437	47,40
PSL	850	431	50,71	419	49,29
PSOL	658	415	63,07	243	36,93
PSTU	54	32	59,26	22	40,74
PT	7129	4352	61,05	2777	38,95
PTdoB	511	318	62,23	193	37,77
PTB	4659	2653	56,94	2006	43,06
PTC	416	238	57,21	178	42,79
PTN	230	133	57,83	97	42,17
PV	1670	952	57,01	718	42,99
Total	65534	37579	57,34	27949	42,65

Fonte: TRE-PA. Acesso em abril/2009. Elaboração de Álvares 2009.

Como é possível verificar, a filiação partidária feminina chega a um patamar significativo se considerarmos que apenas um partido apresenta o menor percentual em relação às demais filiações masculinas (PSOL, 36,93%). O PMDB, PSDB e PT têm o maior número de filiados, contudo, é este último que apresenta um percentual masculino bem maior (61,05%). Este indício já havia sido percebido por Álvares (2004) desde 2002.

O quadro 2 apresenta a distribuição de candidaturas e de eleitos para os dois cargos em competição municipal.

**Quadro 2 - Distribuição das candidaturas e eleitos por sexo, cargo, situação - Pará -
Eleições 2008- 1º e 2º turnos**

UF	Cargo	M /cand	M/Eleitos	F/cand	F/Eleitos	Tot./Eleit	Total/Cand
PA	PREFEITO	414 (88,46)	129 (90,20%)	54 (11,53%)	14 (9,79%)	143	468
PA	VEREADOR	10.086 (76,52%)	1.173 (85,74%)	3.094 (23,47%)	195 (14,25%)	1.368	13.180

Fonte: TSE - Dados disponíveis em set./ 2010, no site do TSE – www.tse.gov.br referente a julho/2008.

Há necessidade de comparar o percentual de candidaturas femininas em anos eleitorais anteriores para verificar o crescimento da demanda desse gênero pela competição eleitoral. No quadro acima, de 23,47% de mulheres candidatas, apenas 6,30% foram eleitas⁴⁸. Esse é um detalhe que explora outros domínios, conforme já tratado acima e que fez parte da demanda da Comissão Tripartite para conseguir aprovar novos parâmetros na minirreforma política.

Estes quadros, não são meras demonstrações de que há déficit significativo entre as mulheres paraenses, em cargos parlamentares e majoritários, mas cotejar a abrangência do processo de empoderamento que está sendo tecido nos movimentos de mulheres e o processo eleitoral. Embora haja associadas desses movimentos filiadas aos partidos, contudo, nas eleições de 2008, nenhuma delas ofereceu seu nome ou foi indicada/selecionada/recrutada pelo partido para sair candidata.

As conclusões – ao avaliar o compromisso dos movimentos de mulheres e feministas paraenses pós-Beijing e as discussões que têm sido feitas em nível institucional e informal para aumentar a representação política das mulheres – é de que esse tema ainda não recebeu a abordagem necessária sobre a importância que tem para mudar o sistema político brasileiro.

Referências Bibliográficas

1. ÁLVARES, M.L.M. 2007. —Mulheres na Política, Mulheres no Poder: avanços e perspectivas”. Texto para a Mesa Redonda “Participação política das mulheres nos espaços de poder”, II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, 26/06/2007, BR-316, Ananindeua/PA.

⁴⁸ $F/Eleitos \div F/cand \times 100$.

2. ALVAREZ, Sonia (1988) Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: Stepan, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988.
3. ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press. 1990.
4. ARAÚJO, Clara. (1998), "Mulheres e Representação Política. A Experiência das Cotas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, vol. 6, nº 4, pp. 71-91.
5. ARAÚJO, Clara. 2002. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (orgs.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora 34, pp. 143-66.
6. BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
7. BOBBIO, N. Matteucci, N. e PASQUINO, G. (org.) *Dicionário de Política*, 7ª Edição, Brasília, DF, Editoria Universidade de Brasília, 1995
8. COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia M B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feminista na Acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. especial, p. 387-400, 1994 b.
9. COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994 a.
10. COSTA, Ana Alice. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política. In: Labrys, estudos feministas / études féministes janeiro / julho 2005 - janvier / juillet 2005. <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/> Acessado em 21/12/2007
11. COSTA, Ana Alice: —A—que” reforma política no Brasil e a ação feminista” em www.pathwaysofempowerment.org/Reforma_Politica . Acessado em 21/05/2008
12. KABEER, Naila. Empoderamiento desde abajo: Qué podemos aprender de las organizaciones de Base? In Leon, Magdalena (org.) *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997, apud COSTA, Ana Alice. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*, s/d,
13. LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de gênero. *La Ventana*, núm. 13 / 2001
14. MAIR, Peter and BIEZEN, Ingrid van. Party Membership in twenty European democracies, 1980-2000. In: *Party Politics*, Vol. 7. Nº 1, pp 5-21. London, Sage Publications, 2001.
15. OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom, 1996 (org.) *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
16. RODRIGUES, Almira. *Lugar de Mulher é na Política*. Brasília/DF, 2004b.
17. _____. *Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos*. Seminário Nacional de formação política: Mulheres socialistas, Valparaíso. Anais...Brasília: PSB, 2001 CFEMEA www.cfemea.org.br Acessado em 21/12/2007
18. _____. *Reforma política e participação*. *Democracia Viva – Quando a participação faz a diferença*, Rio de Janeiro, n. 23, ago/set 2004a, p.3-7.
19. ROWLANDS, J. *Questioning Empowerment*. Oxford: OXFAM, 1997 .
20. SAMUELS, David J. *Carreirism and its consequences: federalism, elections, and policy-making in Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política. San Diego: Universidade da Califórnia, 1998.

DOCUMENTOS

21. AGENDE. Boletim Eletrônico Nº 01/2003 (Os direitos das mulheres não são facultativos). Brasília: 28 de Março de 2003a
22. AMB . Cf. www.articulacaodemulheres.org.br . Acessado em 12 de maio de 2008.
23. ANAIS da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e o II PNPM, em: www.presidencia.gov.br/spmulheres . Acessado em 18/05/2009

24. CARTILHA —Mulheres sem medo do Poder”, Brasília, 1995
25. CFEMEA www.cfemea.org.br . —Asmulheres na política e a reforma política”, de Silvia Camurça, 2007
26. CONFERENCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. Plataforma Política Feminista. Brasília: junho de 2002b
27. Comissão Tripartite para a revisão da Lei 9.504/1997. Relatório Final, Brasília, DF, 2009
28. DECLARAÇÃO do Milênio. Cf . www.un.org/millenniumgoals
29. DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação de Pequim, IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, Beijing, 1995
30. II CEMP do Estado do Maranhão tem esse tom e aponta os obstáculos à representação Cf. www.spmulheres.gov.br . Acessado em 12/05/2008.
31. II CNPM. Textos e roteiros de discussão: Conferencias Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. CNDM, SEPM; Brasília, 2007, 47 págs.
32. I PLANO Nacional de Políticas para as Mulheres Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília 2004
33. II PLANO Nacional de Políticas para as Mulheres Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília 2008
34. PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília 6 e 7 de junho de 2002. Brasília/DF, 2002.
35. QUESTIONÁRIO para as associadas dos movimentos de mulheres/candidatas em outras eleições e na de 2008. Projeto de Pesquisa —Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político . Processo CNPq n.º 402969/2008 – 1
36. REFORMA POLÍTICA. Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil. s/d; s/org. Acesso *on line* em www.participacaopopular.org.br , no dia 20/05/2008.
37. WOMEN’S movements in global perspective. Boulder, Colorado, 1995, v. 1.